



Leopoldina

Anúncio de programa recebe aplausos do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, Dilma Rousseff, Renan, Lula, José Alencar e Chinaglia

## Lawrence Sager defende colaboração entre os Poderes

O constitucionalista norte-americano Lawrence Sager defendeu, em debate no Interlegis, a colaboração como forma de garantir os direitos sociais. **Página 5**

A primeira parte da sessão plenária comemorou o Dia do Maçom, que transcorre em 20 de agosto. Mozarildo, Efraim, Mão Santa e Rosalba destacaram o papel da Maçonaria na história do Brasil. **Página 8**

## Um plano para dar segurança ao país

Presidente do Senado afirma que “pela primeira vez na história o governo federal conseqüentemente assume a responsabilidade quanto à segurança”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem do lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O programa prevê o investimento pelo governo federal, até 2012, de R\$ 6,7 bilhões. Dentre suas diretrizes, destacam-se a formação e a valorização dos profissionais de seguran-

ça pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da sociedade na prevenção da violência. O lançamento do plano contou com a presença das senadoras Fátima Cleide, Roseana Sarney e Ideli Salvatti, além do ministro da Justiça, Tarso Genro, governadores e diversas autoridades. **Página 2**

## A importância das agências para o saneamento

A criação de agências reguladoras municipais e estaduais no setor de saneamento é essencial para atrair investimentos, segundo concluiu debate. **Página 4**

## Mesa examina representação do PSOL contra Gim

A Mesa do Senado analisa hoje a representação do PSOL contra Gim Argello. A Secretaria de Fazenda de Alagoas enviou documentos sobre o caso Renan. **Página 3**



Cecília Magalhães

## Garibaldi alerta para risco de desertificação

Garibaldi Alves cobra ações do governo federal contra a desertificação, que ameaça nordestinos. **Página 6**



Otianda Brito

No semi-árido da Paraíba, mulher busca água para a família





“Pela primeira vez, o governo assume a responsabilidade quanto à segurança da população”, ressalta Renan Calheiros



Renan e outras autoridades participam do lançamento do Pronasci pelo presidente Lula

## Executivo divulga o Programa Nacional de Segurança Pública

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem do lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em solenidade realizada no Palácio do Planalto com a presença do presidente Lula. A medida provisória que institui o plano será publicada no *Diário Oficial da União* de hoje.

Entre as principais diretrizes do plano destacam-se a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial; e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Para o desenvolvimento do programa, o governo federal pretende investir R\$ 6,7 bilhões até o fim de 2012.

O lançamento do plano também contou com a participação das senadoras Fátima Cleide (PT-RO), Roseana Sarney (PMDB-MA) e Ideli Salvatti (PT-SC).

– O plano é bom para o Brasil porque, pela primeira vez na história, o governo assume a responsabilidade quanto à segurança da população – declarou Renan.

O presidente do Senado disse que a obstrução da pauta pelos partidos de oposição não deverá prejudicar a discussão e votação do Pronasci no Senado.

– Ninguém vai obstruir o Brasil – afirmou o senador.

Logo após o lançamento do plano, Lula assinou mensagens encaminhando matérias ao Legislativo, entre elas o projeto que cria a Lei Geral da Polícia Civil.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário vota requerimento de auditoria no Incra

Às 14h, acontecerá a votação do requerimento do senador Alvaro Dias ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria operacional e financeira no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), especialmente nos convênios com estados, prefeituras e entidades privadas

sem fins lucrativos, no período de 2003 a 2006. Em seguida, os senadores darão continuidade à ordem do dia, que permanece com a pauta travada por três projetos de lei de conversão. Entre eles, o PLV 21/07, proveniente da medida provisória que criou a Secretaria Especial de Portos.



### CAE discute impasse sobre as dívidas de Rondônia com o governo federal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate, em audiência pública, às 9h, o refinanciamento da dívida de Rondônia com o governo federal, especialmente os débitos do Banco do Estado de Rondônia (Beron) e da Rondônia Crédito Imobiliário. Estão convidados para a reunião, entre outras autoridades, o procurador-geral

da Fazenda Nacional, Luís Inácio Lucena Adams, e o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho. Após a audiência, a CAE analisa cinco projetos de lei, entre eles o que amplia o uso do pregão eletrônico nas compras do governo com o objetivo de dar mais transparência às licitações e concorrências públicas.



### Isenção de impostos sobre material escolar

A partir das 11h, a Comissão de Educação (CE) reúne-se para analisar uma pauta de 13 itens. O primeiro projeto da lista dispõe sobre a isenção do IPI incidente sobre produtos escolares e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Cofins sobre

a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Ainda em pauta, requerimento de realização de audiência pública para debater o projeto que visa instituir o programa de crédito educativo para estudantes de programas de pós-graduação.

### Combate à desertificação em pauta na Comissão de Meio Ambiente

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se, às 11h30, para analisar o projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. O

fenômeno da desertificação é a transformação de uma região em deserto pela ação de fatores climáticos ou humanos. Também em pauta o requerimento para realização de

audiência sobre o mesmo assunto, com a participação de representante do Ministério do Meio Ambiente e do economista Antônio Rocha Magalhães, especialista no tema.

#### Resíduos sólidos

Ao término da reunião da CMA, a Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos reúne-se para tratar de pauta administrativa, que inclui análise de requerimentos.

#### Presidente da Infraero fala à CPI

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo ouve os presidentes da Infraero, Sérgio Gaudenzi, e da Comissão de Direito Aeronáutico, Renato Covelo, além dos especialistas em Direito Aeronáutico Marco Fábio Morsello e Guilherme Abdalla, e o coordenador e professor da Universidade Veiga de Almeida (RJ) Joaquim Gonçalves de Farias Neto.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Efraim Morais, Mozarildo Cavalcanti, Cícero Lucena e Expedito Júnior



Representação do PSOL solicita que seja apurada suposta participação de senador do Distrito Federal em fatos investigados pela Operação Aquarela

## Quintanilha envia à Polícia Federal novos documentos para perícia

A assessoria de imprensa de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, confirmou que o senador recebeu ontem novos documentos enviados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas. Os documentos são referentes ao primeiro processo contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e foram enviados pelo órgão como resposta a questionamentos formulados pelos relatores do caso no Conselho de Ética.

Ao consultar a Polícia Federal (PF), que está promovendo perícia técnica dos documentos apresentados por Renan, Quintanilha ofereceu os novos documentos para serem periciados, o que foi aceito pela PF. Com isso, o término da perícia pode ser adiado. De posse dos novos papéis, a Polícia Federal deve informar hoje o novo prazo para entrega da conclusão.

– A idéia é recebermos juntos o resultado da perícia e já conversarmos sobre os próximos passos a serem dados – afirmou Quintanilha sobre o recebimento das informações, referindo-se aos senadores Almeida Lima (PMDB-SE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), relatores do caso.

Renan responde a processo originado de representação protocolada no Conselho de Ética pelo PSOL, que se baseou em denúncia publicada pela revista *Veja*. De acordo com a revista, o presidente do Senado tinha parte de suas despesas particulares – especificamente uma pensão de R\$ 12 mil à filha de três anos que tem com a jornalista Mônica Veloso – pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. Como o salário de senador é menor que os valores pagos a título de pensão, o parlamentar apresentou vários documentos e notas fiscais que comprovariam rendimentos extras como produtor rural.

Quintanilha informou que ainda não reúne condições para marcar uma data para a entrega do relatório final sobre o processo contra o presidente do Senado, mas assegurou que os relatores têm demonstrado interesse em dar celeridade às investigações.

### Cautela

Na opinião do senador Almeida Lima, o relatório deve ser feito com cautela e obedecendo aos



Relatores aguardam conclusão da PF para elaborar parecer, informa Quintanilha

prazos estabelecidos no Código de Ética e Decoro Parlamentar (RES 20/93). Ele citou o artigo 15 da resolução, que assegura a Renan um prazo de cinco sessões ordinárias para se defender perante o conselho. Já a comissão formada pelos três relatores, após proceder às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, tem mais cinco sessões ordinárias do Senado para apresentar seu relatório final.

– Acho que ainda há a necessidade de se tomarem muitas providências, e somente quando a comissão resolver que não há nada mais a se fazer é que começa a contar o prazo de cinco sessões para apresentar o relatório – explicou Almeida Lima à Agência Senado.

O parlamentar por Sergipe propõe que, antes da apresentação do relatório, o Conselho de Ética colha os depoimentos da jornalista Mônica Veloso, do funcionário da construtora Mendes Júnior Cláudio Gontijo e ainda do jornalista Policarpo Júnior, responsável pelas denúncias publicadas pela *Veja*.

– Está havendo uma precipitação muito grande. Há ainda pessoas a serem ouvidas e, entre elas, até mesmo os peritos da Polícia Federal, caso entendamos que hajam dúvidas a serem esclarecidas na perícia – afirmou.

### Antecipação

Segundo a assessoria de imprensa do senador Renato Casagrande, ao receber o resultado da perícia, o parlamentar deverá propor a Renan que antecipe sua defesa perante o conselho, para que os relatores tenham condições de elaborar seu parecer e colocá-lo em votação, pelos demais membros do colegiado, até o fim de agosto ou, no máximo, na primeira semana de setembro.

## Renan: “Não vou cobrar o apoio de ninguém”

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, afirmou que, até o julgamento pelo Conselho de Ética, irá aproveitar todas as oportunidades disponíveis para provar a sua inocência.

– Seja qual for o calendário [do conselho], vou aproveitar para demonstrar a verdade que carrego comigo, que é do tamanho da inocência que trago todos os dias para esse Senado – assinalou.

Renan está sendo investigado pelo Conselho de Ética em três processos.

– Hoje não tenho pressa. Eu quero que a verdade aflore e que o povo brasileiro fique absolutamente convencido de quem tem razão. Não é essa coisa de meia-verdade. Tem que ser a verdade inteira.

Ele disse ainda que sempre esteve à disposição do Conselho de Ética para esclarecimento das denúncias. “Eu mandarei quantos documentos forem necessários. Manda documento quem tem documento, quem não tem documento fala, fica no discurso”, afirmou Renan, referindo-se ao usineiro João Lyra, que diz não poder provar o envolvimento do senador em uma sociedade para a compra de um grupo de comunicação em Alagoas.

Renan acrescentou que não vai interferir junto aos demais senadores que deverão analisar as acusações.

– Não vou pedir apoio de ninguém, mas apenas que observem os fatos, provas e documentos, e que decidam de acordo com sua consciência – concluiu.

### Documentos

No início da noite de ontem, antes de deixar o Senado, Renan afirmou que, ao contrário do que foi publicado em alguns veículos de imprensa, não encaminhou novos documentos ao Conselho de Ética. Segundo ele, na realidade, o conselho recebeu documentos que foram enviados pela Secretaria da Fazenda de Alagoas, os quais estariam relacionados à acusação de que o senador teria despesas pessoais pagas por um funcionário da empreiteira Mendes Júnior.



Gim Argello, que era suplente de Romário, assumiu o mandato em 17 de julho



Romeu Tuma se encontra hoje com juiz e procurador para coletar informações

## Mesa examinará hoje representação contra Gim Argello

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou para as 15h de hoje reunião da Mesa diretora destinada a examinar a representação do PSOL contra o senador Gim Argello (PTB-DF), empossado em 17 de julho. Além dos membros da Mesa, o ofício de convocação foi enviado às partes – o senador e o PSOL –, que poderão comparecer com seus respectivos advogados.

A representação para verificação de possível quebra de decoro parlamentar por Gim Argello, que era suplente do então senador Joaquim Roriz (PMDB), foi entregue pelo partido à Secretaria Geral da Mesa em 18 de julho. O partido solicita que seja apurada a suposta participação de Gim Argello em fatos investigados pela Operação Aquarela, por meio da qual a Polícia Civil do Distrito Federal e o Ministério Público Federal apuram o desvio de recursos do Banco de Brasília (BRB).

No documento, o PSOL observa que a “transcrição de conversas telefônicas e demais document-

tos e relatos da polícia sugere fortemente uma combinação para fins supostamente ilícitos que envolveria o representado, o ex-senador Joaquim Roriz, o empresário de transporte público Nenê Constantino [de Oliveira], o sr. Franklin [Tarcísio Franklin], além de outras pessoas, para o fim escuso da entrega e distribuição de mais de dois milhões de reais em dinheiro”.

### Corregedoria

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), anunciou ontem, por meio de sua assessoria, que irá encontrar-se hoje com o procurador-geral da Justiça do Distrito Federal, Leonardo Bandarra, e com o juiz Roberval Casemiro Belinatti, titular da 1ª Vara Criminal de Brasília, para coletar informações sobre as denúncias contra Gim Argello. O primeiro encontro será às 14h30, com Bandarra. Em seguida, Tuma se reúne com Belinatti, de quem pretende obter novos documentos sobre o senador.





Em reunião da Subcomissão de Marcos Regulatórios, debatedores defendem criação de órgãos para atrair investimentos necessários ao setor

## Saneamento precisa de agências reguladoras municipais

A aprovação da Lei do Saneamento (Lei 11.445/07), com a determinação de direitos e obrigações para todos os agentes envolvidos com o setor, foi o primeiro passo na busca da excelência na prestação de serviços de saneamento. Mas, para atrair os investimentos – inclusive os privados –, é preciso criar agências reguladoras municipais e estaduais. Essa é uma das conclusões a que chegaram os debatedores da reunião ocorrida ontem pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– As agências reguladoras são necessárias, pois têm autonomia administrativa e financeira e poder decisório para coibir o abuso de poder econômico e criar uma cultura de investimento em saneamento – explicou o presidente da Empresa de Águas e Saneamento Básico da Bahia (Embasa), Abelardo de Oliveira Filho.

Segundo o vice-presidente da



Garibaldi (2º à esquerda) preside debate: destaca ao Senado na aprovação da Lei do Saneamento

Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Newton de Lima Azevedo, há 100 milhões de brasileiros sem serviço de saneamento básico e, para chegar à universalização, seriam necessários R\$ 10 bilhões ao ano.

– E pouco importa se o recurso é público ou privado, mas, para

atraí-lo, são necessárias as agências, que garantiriam eficiência na gestão e consolidação do arcabouço legal – avaliou.

Para todo o setor de infraestrutura, acrescentou Azevedo, deveriam ser investidos R\$ 90 bilhões, o que levaria o país a um crescimento sustentável. O Programa de Aceleração do Cres-

cimento reservou R\$ 40 bilhões para a utilização entre 2007 e 2010.

Além da falta de agências, outras pendências acabam trazendo prejuízos para o setor, como a demora na determinação da titularidade da prestação do serviço, que pode ser municipal ou estadual; a crise em relação às agências reguladoras, com o debate sobre a real carência de existência – a partir do acidente com o avião da TAM, em julho –; e a discussão da necessidade ou não de

regulamentação da Lei do Saneamento, que divide opiniões sobre sua constitucionalidade.

Na avaliação do coordenador do Plano Diretor da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Jeconias Rosendo Júnior, além da regulamentação da lei e da decisão sobre a titularidade (qual ente federado definiria a forma ou

empresa escolhida para prestar serviços de saneamento básico), outro problema precisa ser resolvido: a qualificação dos agentes do sistema de saneamento, especialmente nos municípios, “para um bom funcionamento, com garantia de bom serviço prestado ao cidadão”.

### Consenso

Durante as discussões, o relator da subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), lembrou o papel fundamental do Senado para a aprovação do projeto que originou a Lei 11.445, com a formação de uma comissão mista.

– A comissão conseguiu um consenso histórico entre União, estados, municípios, governo e oposição para votar este projeto que tramitava há 20 anos no Congresso – ressaltou o parlamentar.

Na reunião da próxima segunda-feira, a subcomissão debaterá o tema meio ambiente e resíduos sólidos.

## Maranhão e Pará recebem visita de subcomissão

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, presidida por José Nery (PSOL-PA), participará nesta semana de uma série de visitas, audiências e seminários no Maranhão e no Pará.

Estima-se que o Pará seja o estado com o maior número de trabalhadores escravos do país e que o Maranhão seja o principal “fornecedor” dessa mão-de-obra. Por isso, o objetivo da viagem é avaliar como vem sendo implementado o combate a esse tipo de crime nos dois estados.

Na quinta-feira, às 8h30, em São Luís, os membros da subcomissão vão participar de uma audiência com o governador do Maranhão, Jackson Lago. Às 14h, visitarão a Cooperativa da Dignidade, projeto implementado com ex-trabalhadores escravos, e, às 15h, estarão em um seminário sobre trabalho escravo no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.

Na sexta-feira, a subcomissão vai a Marabá (PA), para se encontrar com egressos do trabalho escravo na sede local da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Às 14h, participará de um seminário sobre combate ao trabalho escravo na unidade local da Universidade Federal do Pará.



Nery (foto menor) e outros senadores verificam o combate ao trabalho escravo

E, no sábado – último dia da viagem –, o grupo vai se reunir, em Belém, com autoridades e representantes de entidades da sociedade civil, às 9h30 e, logo em seguida, participará de audiência com a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa.

Nery também deve discutir com Jackson Lago e Ana Júlia Carepa a criação de comissões estaduais de combate ao trabalho escravo. Já existe, no Maranhão, uma iniciativa nesse sentido.

### Expropriação

O senador aproveitará os encontros desta semana para coletar assinaturas de apoio à aprovação,

na Câmara, da proposta de emenda à Constituição já acatada no Senado que permite a expropriação das terras onde for descoberto o uso de trabalho escravo revertendo a área ao assentamento dos colonos que nela já trabalhavam (PEC 438/01). Em maio, Nery afirmou que “alguns setores da bancada ruralista são os que mais se opõem à aprovação” da proposta.

## Educação vota projeto que reduz impostos sobre material escolar

A Comissão de Educação (CE) deve votar hoje parecer favorável de Renato Casagrande (PSB-ES) a projeto do senador José Agripino (DEM-RN) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vários componentes da lista de material escolar, entre eles caneta, cola, mochila e pasta.

O projeto (PLS 160/07) também estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

Na justificativa da matéria, Agripino afirma que, exceto nas classes sociais mais abastadas, que sempre tiveram melhores condições para investir em sua formação, sobram motivos para que os brasileiros abandonem os estudos, da pré-escola à universidade.

“Não bastasse o drama experimentado pelo ensino público, que cai de qualidade a cada dia, precisamos conviver com a dificuldade enfrentada pelos nossos jovens para se manter nos bancos escolares. Falta dinheiro para morar bem, para se transportar ao local



Autor da proposta, Agripino quer reduzir os índices de evasão escolar no Brasil

de ensino, para adquirir material didático”, justifica o senador. Se aprovada, a proposta segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

### Pós-graduação

A CE também deve votar projeto (PLS 304/06) de Fátima Cleide (PT-RO) que institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Pós-Graduação. O objetivo da proposta é formar profissionais altamente qualificados nas áreas da pesquisa científica e da inovação tecnológica. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou que irá propor a realização de audiência pública sobre o tema.



## Lucena lamenta “morte anunciada” de paciente do SUS em João Pessoa

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou ontem sua tristeza pela “morte anunciada” de uma paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) que dependia de cirurgia cardíaca em hospital de João Pessoa, conforme reportagens veiculadas por telejornais da TV Globo no fim de semana.

Cícero Lucena lembrou que foram criados impostos para financiar a área da saúde, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), lamentando que esses recursos sejam “mal gerenciados”. O senador condenou, também, o “empurra-empurra” entre as três esferas de governo, com a União, estados e municípios, eximindo-se mutuamente das responsabilidades nessa área.

O parlamentar ressaltou que os recursos destinados à área de saúde não são suficientes e defendeu a disponibilização, pelo governo, de recursos extras para as prefeituras. Ele recordou que, quando prefeito de João Pessoa,



Cícero Lucena condena o uso inadequado de recursos destinados ao setor de saúde

procurou ajustar o programa Saúde da Família à modernidade do sistema privado do setor. Lucena disse ter criado 180 equipes de Saúde da Família e integrado de tal modo o sistema que os pacientes que precisavam de atendimento especializado conseguiam agilizar a marcação de consultas e exames.

O senador relatou que, com o auxílio do então ministro da Saúde, José Serra, conseguiu realizar um mutirão de cirurgias, diminuindo consideravelmente o tempo de sua execução.

## Senado poderá exonerar diretor de agência reguladora, propõe Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), protocolou na Secretaria Geral da Mesa, na sexta-feira, proposta de emenda à Constituição (PEC) com a finalidade de permitir à Casa exonerar agentes públicos que tenham sido investidos no mandato com aprovação do Senado, como é o caso dos diretores de agências reguladoras. Por determinação constitucional, a indicação dessas autoridades depende de prévia aprovação do Senado, mas, como lembrou Virgílio, se eles se comportarem de forma incompatível com a função, a Casa nada pode fazer. A proposta visa eliminar essa lacuna, prevendo a possibilidade de perda do cargo antes do término do mandato.

A PEC foi apresentada com o apoio de 31 senadores e visa alterar o inciso XI do artigo 52 da Constituição para atribuir aos senadores também a faculdade de exonerar, por maioria absoluta, tais agentes públicos por descumprimento de deveres. O referido dispositivo constitucional já conferia ao Senado a atribuição de aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração do procurador-geral da República antes do término de seu mandato.

Na justificativa da proposta,



Proposta de Arthur Virgílio visa eliminar lacuna existente na legislação atual

Virgílio destaca que a aprovação por arguição pública do candidato pelo Senado não assegura que o indicado, uma vez no cargo, vá desempenhar eficientemente as funções a ele atribuídas. As indicações, pondera o senador, “nem sempre são pautadas pela necessidade de examinação da qualificação técnica do indicado”. Conforme o senador, “um excelente currículo pode sustentar a escolha, mas não garante o exercício”.

De acordo com a legislação em vigor, o diretor de agência reguladora, uma vez no cargo, só perderá o mandato por renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pela aplicação de pena de demissão imposta após processo administrativo disciplinar a que esteja submetido.

Em evento no Interlegis, o constitucionalista americano Lawrence Sager diz que direitos sociais estão presentes nas cartas magnas de todos os países democráticos

## Palestrante defende colaboração entre Poderes pela justiça social

Em palestra sobre Direito Constitucional no auditório do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, o constitucionalista americano Lawrence Sager defendeu a colaboração entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo para a aplicação mais justa dos direitos sociais. Tais direitos, destacou o jurista, estão presentes em todas as constituições dos países democráticos do mundo.

Sager afirmou que o Direito Ambiental das nações deve estar relacionado ao Direito Internacional, porque, segundo ele, uma decisão nacional em questão ambiental pode afetar outros países ou até mesmo o planeta.

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, Sager foi escolhido o palestrante do ano de 2007 por um grupo de juristas e acadêmicos brasileiros que criaram o prêmio William Fullbright Memorial Lectures on Public Law. Durante o debate, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Antônio Her-



Leonardo Bessa, Alexandre Jobim, Herman Benjamin, Lawrence Sager e Marcus de Castro

man Benjamin, coordenador do prêmio, afirmou que a recente constitucionalização dos direitos sociais é uma conquista da civilização jurídica.

– Retirar esses direitos da Constituição seria voltar aos tempos em que apenas o direito de propriedade, a autonomia da vontade e os direitos individuais encontravam lugar na Constituição – declarou.

Ao abrir o encontro, o 1º secretário da Mesa e diretor nacional do Interlegis, Efraim Moraes (DEM-PB), assinalou que a prática constitucional sempre apresenta desafios, seja na sua interpretação, seja na sua execução.

– São os desafios que nos fazem

refletir regularmente sobre a importância de vivermos em um regime constitucional democrático, em um Estado de direito como é o caso tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos – disse Efraim.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; o presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), Leonardo Roscoe Bessa; e os professores da Universidade de Brasília (UnB) Alexandre Kruel Jobim e Marcus Faro de Castro também participaram do debate. *(Na última edição semanal do Jornal do Senado foi publicado, por equívoco, que o evento seria no auditório da Unilegis.)*

## Unilegis e ILB fazem parceria para oferecer cursos de Direito Público

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes, assinará hoje protocolo de intenções entre a área educacional do Senado – constituída pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) – e o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

As instituições, salientou a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, trabalharão para a capacitação de servidores na área do Direito Público, o que, para

ela, contribuirá para trazer mais benefícios ao cidadão. Projetos em nível de pós-graduação, informou a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione, também poderão ser colocados em prática pela parceria entre as instituições.

O IDP tem por objetivo desenvolver e estimular o ensino do Direito e a pesquisa jurídica, bem como realizar atividades de extensão universitária e de treinamento de profissionais na área jurídica. Propõe-se a ser um foro aberto



Efraim Moraes assina hoje convênio com o IDP para capacitar servidores

de difusão e de debates da Teoria Geral do Direito e do Direito Público, com a organização de cursos, seminários, congressos, palestras e salas de leitura.

## CAE discute pregão eletrônico e dívida do Beron

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) volta a examinar hoje o projeto de lei que amplia o uso do pregão eletrônico nas compras do governo, com o objetivo de dar mais transparência às licitações e concorrências públicas.

O projeto faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A matéria tramitou nas

comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

### Beron

Antes, a CAE realiza, às 9h, audiência pública para discutir, com várias autoridades, a dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron). A finalidade é esclare-

cer o motivo que levou a dívida a subir de R\$ 40 milhões para R\$ 600 milhões durante os quatro anos em que o Beron esteve sob intervenção do Banco Central.

– Rondônia não pode pagar essa conta – diz o senador Expedito Júnior (PR-RO), que solicitou a nova análise da dívida. Pedido de renegociação poderá ser votado pela CAE no dia 28.



Senador defende a democratização do acesso à água. Comissão analisa risco a parte considerável do território brasileiro

## Garibaldi: desertificação ameaça 10% do país

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) chamou a atenção para os constantes alertas que vêm sendo dados pelas autoridades ambientais no que diz respeito à ameaça de desertificação de parcela significativa do território nacional, com destaque para o semi-árido nordestino, o mais populoso do planeta.

Conforme o parlamentar, 32 milhões de pessoas vivem nessa região, “privadas dos bens de consumo mais básicos”, entre eles água de boa qualidade para a satisfação de suas necessidades.

Para ele, que se disse favorável à transposição do rio São Francisco, “a melhor resposta que se vislumbra é levar água de onde tem para onde não tem”.

– O nosso país possui 14% da água doce disponível para consumo no planeta. É inconcebível, diante de todo esse potencial, que fiquemos omissos ao grave risco de desertificação que atinge mais de 10% do nosso território – ressaltou.

As péssimas condições das regiões desérticas – caracterizadas pela evaporação potencial em volume maior que a precipitação pluviométrica anual, solo ressequido e cobertura vegetal esparsa, conforme explicou o senador – fazem com que suas populações

migrem para os grandes centros urbanos. Garibaldi lembrou que já existe, inclusive, a figura do “refugiado ambiental”.

– O indivíduo deixa seu país não por motivação político-ideológica, mas tão somente pelas condições climáticas e convivência com o clima. São mais de 10 milhões de pessoas que se encontram nessa situação – disse.

Ainda assim, Garibaldi destacou que não existe, no Brasil, por parte do governo federal, uma ação de contrapartida correspondente à gravidade da situação. Ele

informou que o Orçamento de 2007 prevê apenas R\$ 12 milhões para o combate à desertificação, quando seriam necessários, em sua avaliação, R\$ 2 bilhões por ano para frear o processo.

O parlamentar conclamou o país a se unir em torno desse debate, já que, segundo observou, “o meio-ambiente é um bem que não exclui”.

– O meio ambiente é o mesmo para o rico e para o pobre, para o negro e para o branco, para o idoso e para a criança. Quem tem dinheiro pode se isolar, construir



Garibaldi defende transposição do São Francisco para garantir às populações água de boa qualidade



Orlando Brito

Marcos Almeida

## Subcomissão de Resíduos Sólidos reúne-se hoje

A Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos irá examinar requerimentos hoje, logo após a reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), marcada para as 11h30.

A subcomissão funciona no âmbito da CMA. Criada em 14 de março, a pedido do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que foi eleito presidente do colegiado, a subcomissão tem prazo de 12 meses para concluir seus trabalhos. O vice-presidente é o senador João Ribeiro (PL-TO).

O colegiado pretende avaliar e elaborar propostas de novas metodologias e sistemas a serem adotados pelas prefeituras para o gerenciamento do lixo. Os senadores também irão debater a elaboração de projetos de reciclagem de materiais e de produção de energia a partir do lixo e analisar as consequências ambientais e sociais do depósito de resíduos sólidos.

Fazem parte ainda do colegiado a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Jonas Pinheiro (DEM-MT).

## Audiência no Rio debate setor elétrico e mudanças no clima

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas realiza quinta-feira audiência pública na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para debater a atuação do setor elétrico brasileiro frente às alterações no clima do planeta. O evento ocorrerá a partir das 9h, no auditório da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) daquela universidade, localizado no Centro de Tecnologia.

A audiência faz parte de uma série de encontros que vêm sendo realizados em diversas cidades do país, os quais servem de subsídio ao relator na comissão, Renato Casagrande (PSB-ES). O senador prevê apresentar relatórios contendo, entre outros itens, propostas de políticas a serem sugeridas ao governo federal.

Em maio, Casagrande apresentou o primeiro relatório parcial. O segundo está previsto para setembro, enquanto o último deverá ser entregue no fim do ano. A comissão prevê encerrar suas atividades em 15 de dezembro.

## Comissão examina medidas para recuperação de áreas degradadas

Em sua reunião de hoje, a partir das 11h30, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tratará dos fatores que contribuem para a desertificação, bem como das medidas necessárias ao seu combate. A pauta de votações inclui requerimento do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a realização de uma audiência pública sobre o assunto, com a participação de um representante do Ministério do Meio Ambiente – órgão responsável pela Política Nacional de Desertificação –, e do economista Antonio Rocha Magalhães, especialista no tema.

A CMA examina projeto de

Inácio Arruda definindo diretrizes para a Política de Combate e Prevenção à Desertificação, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sustentável nas áreas ameaçadas de desertificação. De acordo com a proposta (PLS 70/07), cabe ao poder público diagnosticar o avanço do processo de degradação ambiental nas áreas consideradas de risco, instituindo mecanismos de proteção, conservação e recuperação de vegetação e de solos degradados.

Em seu parecer favorável, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) argumenta que o processo de aparelhamento dos agricultores em áreas de risco de desertifi-

cação não produzirá resultados se a questão da pobreza não for abordada. É por falta de recursos que o pequeno proprietário rural se vê forçado a explorar excessivamente os recursos naturais de sua propriedade, explica.

Por esse motivo, Marconi apresentou emenda ao projeto para incluir, entre os deveres do poder público, o de promover a agricultura familiar e a adoção de medidas que melhorem as condições socioeconômicas das populações dessas áreas em risco de desertificação.

O relator sugere que “as ações de combate à desertificação devem ser executadas com a partici-

mansões, contratar seguranças. No entanto, o ar que vai respirar é o mesmo respirado pelo indivíduo que vive à margem da sociedade, entregue à própria sorte – afirmou.

pação das comunidades afetadas, devendo promover o uso sustentável dos recursos locais, por meio de uma abordagem integrada de fatores climáticos, biológicos e socioeconômicos com estratégias de erradicação da pobreza”.

A CMA examina ainda requerimentos de Heráclito Fortes (DEM-PI), para que o Tribunal de Contas da União realize auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro), e de Fátima Cleide (PT-RO), para que o ministro da Fazenda envie à comissão relatório sobre beneficiários do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), desde 2000.





Debate sobre o desenvolvimento de Roraima é ressaltado por Romero Jucá

## Jucá quer indenização para produtores que atuam em reserva indígena

Romero Jucá (PMDB-RR) parabenizou a Assembléia Legislativa de Roraima pela iniciativa de promover, sexta-feira passada, um debate com parlamentares federais sobre os problemas que travam o desenvolvimento do estado. O ponto alto do encontro, segundo assinalou, foi a cobrança à União de que só haja remoção

dos produtores rurais que atuam na área da reserva Raposa Serra do Sol depois que suas benfeitorias forem indenizadas e se defina outra área para transferi-los.

– Vamos acompanhar de perto o cumprimento dessa responsabilidade pelo governo federal – prometeu Jucá.

O senador criticou o processo

de demarcação da Raposa Serra do Sol, que considerou “equivocado”. Mas, em vez de ficar lamentando esses erros, optou por reivindicar assistência aos produtores rurais que lá atuam e propor meios de tornar produtivas as áreas indígenas na reserva.

Além da demarcação das terras indígenas, disse o senador,

questões ligadas à regularização fundiária e à infra-estrutura de estradas também foram discutidas no encontro. Ao final do evento, Jucá sugeriu que haja um desdobramento dos debates por meio de trabalho conjunto entre as comissões técnicas da Assembléia Legislativa e os parlamentares federais.

## Aposentados devem ser ressarcidos, defende Mão Santa

Ao comentar artigo do jornalista Cláudio Humberto, publicado ontem em seu *site*, o senador Mão Santa (PMDB-PI) comemorou em Plenário uma notificação da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao governo brasileiro – a partir de denúncia do Instituto Mosap – contra a contribuição dos inativos e pensionistas para a Previdência, instituída pela reforma previdenciária aprovada pelo Congresso em 2003.

Ressaltando que em caso semelhante, no Peru, o governo foi obrigado a restituir aos servidores, com efeito retroativo, o que lhes foi descontado, Mão Santa aconselhou o governo federal a não se defender na ação em questão, mas sim pagar imediatamente aos aposentados e pensionistas.

– O governo prepara a defesa. Não se defenda, Lula, pague os velhinhos. Seja honrado, seja honesto, seja verdadeiro e seja agradecido. Não se defenda e pague – disse o senador.

Mão Santa criticou ainda o governo por haver vetado aumento de 16,6% para aposentados e pensionistas aprovado pelo Congresso em julho do ano passado. O percentual foi incluído pela oposição em medida provisória que ajustava de R\$ 300 para R\$ 350 o salário mínimo. Após o veto, o Executivo concedeu aos aposentados e pensionistas um reajuste de apenas 3,7%, índice correspondente à inflação do período.



Mão Santa comemora contestação de contribuição previdenciária de inativos

## Almeida Lima nega declaração publicada na última edição de *Veja*

Para o senador, a revista estaria tentando influir na conclusão da perícia realizada pela Polícia Federal em documentos apresentados pela defesa de Renan Calheiros

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou ontem que não fez qualquer declaração à revista *Veja*, a qual publicou na última edição que ele “já aceita a tese da punição” de Renan Calheiros (PMDB-AL), no processo contra o presidente do Senado em curso no Conselho de Ética. O processo teve início a partir de denúncia, feita pela revista, de que Renan teria contas pessoais pagas pela empreiteira Mendes Júnior.

Na opinião do senador por Sergipe, a revista estaria tentando influir na conclusão da perícia feita pela Polícia Federal (PF) nos documentos apresentados por Renan Calheiros objetivando confirmar que teria recursos para arcar com suas despesas pessoais. Almeida Lima, que é um dos três relatores do processo, lembra



“Não se pode executar uma pena antes do julgamento”, diz Almeida Lima

que o trabalho da PF só deve ser entregue esta semana.

– Vamos aguardar a instrução, a apuração das provas. Não se pode executar uma pena antes do julgamento – frisou.

O parlamentar leu ainda nota do senador Renato Casagrande

(PSB-ES), também relator do caso, na qual ele afirma que não fez declarações como as publicadas pela revista. Casagrande sustenta na nota que jamais se manifestou contra ou a favor da cassação do mandato de Renan Calheiros.

Dizendo-se defensor de uma “imprensa livre e responsável”, Almeida Lima voltou a declarar que *Veja* faz “um jornalismo pequeno”. Observou ainda que a matéria de capa desta semana (“Medo no Supremo – ministros do STF reagem à suspeita de grampo”) foi questionada pelo presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Torres Avelar.

– É preciso que se faça jornalismo. Não se pode transformar uma notícia em espetáculo – disse.

## Expedito pede a criação de fundo para fiscalização das fronteiras

O senador Expedito Júnior (PR-RO) defendeu ontem projeto de sua autoria que prevê a criação de um fundo nacional temporário destinado a financiar a fiscalização das fronteiras brasileiras. Para o parlamentar, as fronteiras amazônicas são “o principal portal para a entrada do narcotráfico, do contrabando e do crime organizado”.

Expedito Júnior lembrou que seu estado, Rondônia, tem 1,5 mil quilômetros de fronteira e que a fiscalização da maior parte dessa área é feita pelo governo do estado, por meio da Polícia Militar, quando é uma obrigação constitucional do governo federal.

– Viaturas e armamentos não são suficientes. Precisamos fazer

uma parceria do governo estadual com o governo federal, para dar oportunidade e condições para que o estado cumpra essa tarefa de fiscalização – afirmou.

De acordo com o projeto, o estado ficaria obrigado a aderir a um programa de segurança que viesse a ser criado pelo Ministério da Justiça e teria a aplicação dos recursos do fundo nacional temporário fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) disse que o Ministério da Defesa existe para cuidar da fiscalização de fronteiras e dar apoio aos estados.

Em seu pronunciamento, Expedito Júnior também lamentou o assassinato de Edson Gasparotto,



Expedito Júnior defende a atuação em parceria de governos estaduais e federal

presidente da Câmara de Vereadores de Ouro Preto do Oeste (RO), ocorrido neste último fim de semana. Ele observou ser esse o terceiro assassinato de vereadores naquele município.

O parlamentar fez um apelo aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que compareçam à reunião de hoje do colegiado, quando será discutida a liquidação do Banco do Estado de Rondônia.



Mesquita Júnior lê documento de concursados aprovados para o instituto

## Mesquita Júnior cobra nomeação de pessoal para o Ibama

Em nome de 168 candidatos aprovados no concurso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o cargo de analista ambiental, realizado em 2005, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apelou aos ministros do Planejamento, Guido Mantega, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para que nomeiem esse pessoal. Ele explicou que os aprovados, que hoje integram um cadastro de reserva, poderão perder o direito à contratação, já que a validade do concurso é até 25 de agosto próximo, sem possibilidade de prorrogação.

O senador leu, em Plenário, documento que recebeu dos concursados integrantes de uma comissão chamada Pró-190. Eles pleiteiam a nomeação de 190 analistas ambientais para o Ibama e para o recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Os aprovados lembram que o Instituto Chico Mendes necessitará de um contingente considerável de recursos humanos para cumprir sua tarefa de fiscalizar as unidades federais de conservação.

Em um dos trechos do documento, a comissão Pró-190 frisa que o crescimento econômico virá com a implantação ou ampliação de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental que depende do Ibama. Tal fato, avaliam os concursados, justificaria a necessidade da ampliação do quadro de analistas ambientais.



A primeira parte da sessão de ontem foi dedicada ao Dia do Maçom, que transcorre em 20 de agosto. Diante de autoridades maçônicas, como o grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil, Laelso Rodrigues, os senadores Mozarildo Cavalcanti, Efraim Morais, Mão Santa e Rosalba Ciarlini exaltaram a participação da instituição em episódios marcantes no Brasil e no mundo e sua luta em favor da sociedade e da democracia.

# Senadores exaltam atuação da Maçonaria

Participação em episódios marcantes no Brasil e no mundo e luta em favor da sociedade e da democracia são lembradas pelos oradores



Membros de lojas maçônicas do Distrito Federal ouvem, no Plenário, o pronunciamento de Mozarildo Cavalcanti (à esquerda), autor do requerimento que resultou na homenagem

MOZARILDO CAVALCANTI



Cézar Bezerra

EFRAIM MORAIS



Ceracó Magalhães

MÃO SANTA



Ceracó Magalhães

ROSALBA CIARLINI



Ceracó Magalhães

## Obra maçônica deve ter maior divulgação

Tomando como exemplo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) conclamou os maçons a uma posição mais ativa e moderna na sociedade brasileira.

– Por que nós, pessoas das mais diversas profissões, que temos famílias constituídas, que temos capilaridade na sociedade, não tomamos uma ação mais proativa, mais presente, principalmente na política? – indagou.

Mozarildo sugeriu uma prestação de contas das atividades das lojas em benefício do país. A seu ver, a divulgação de um balanço anual, que revelasse as obras dos maçons, aumentaria a sua inserção na sociedade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

O senador, que é maçom, afirmou ter se “arrependido” por haver passado o período da juventude em dúvida sobre a conveniência de participar da instituição.

## Luta contra governos tirânicos e de exceção

Efraim Morais (DEM-PB) ressaltou o papel da Maçonaria em todos os movimentos libertários nos últimos 300 anos, com destaque para a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa. No Brasil, citou a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana e o episódio do Fico, que antecedeu a Independência do Brasil, “praticamente toda articulada pela Maçonaria”.

O senador recordou a luta dos maçons contra governos tirânicos e regimes de exceção, a exemplo do nazismo, o que levou muitos pedreiros-livres a serem perseguidos, como ocorreu na Rússia comunista e no Iraque de Saddam Hussein.

Efraim pediu o apoio da Maçonaria brasileira ao projeto de transposição de águas do rio São Francisco. E cumprimentou todos os maçons na pessoa do grão-mestre da Paraíba, Aderaldo Pereira de Oliveira.

## País nunca precisou tanto dos maçons como agora

Ao se referir aos 76 impostos que, segundo disse, são cobrados pelo governo, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o Brasil nunca precisou tanto da Maçonaria quanto agora. “Vocês [os maçons], que fizeram a Independência, libertaram os escravos, proclamaram a República, nos livrem agora disso”, pediu.

De acordo com o senador, em comparação com a situação atual do país, “os portugueses eram bonzinhos”. Ele lembrou que o imposto cobrado pelos colonizadores era de um quinto dos rendimentos, para observar que, agora, corresponde à metade.

Mão Santa ressaltou ainda que, como cristão, pedia desculpas aos maçons pelos ataques que a Igreja Católica desferiu sobre a instituição.

– Perdão à Maçonaria do mundo, pelos insultos que minha igreja fez a essa instituição secreta, sagrada, secular.

## Combate à desigualdade, à injustiça e à corrupção

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) destacou que os maçons promoveram historicamente ações “de fraternidade e solidariedade e em defesa da democracia”. Bisneta de maçom, a senadora disse que os integrantes da ordem ajudam o Brasil a combater as injustiças sociais, a desigualdade e a corrupção.

– Sou admiradora e respeito a Maçonaria pelas suas ações – assinalou.

Segundo Rosalba, a Maçonaria tem vínculos fortes com Mossoró (RN), cidade onde nasceu. Ela informou que os mossoroenses comemoram todos os anos a libertação dos escravos da cidade, que se deu em 1883, cinco anos antes da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país.

– Este movimento, esta ação de solidariedade, de defesa do ser humano e da igualdade, foi patrocinado pela Maçonaria – afirmou.

**A água vale ouro**

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Fonte: Phuma e Instituto Akatu

- Diminua o tempo do banho
- Elimine os vazamentos
- Não deixe a torneira pingando
- Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza
- Instale torneiras com sensores automáticos
- Use uma bacia para lavar louça
- Escove os dentes com a torneira fechada